

## VI MINEPS 2017: Esporte, Organismos Internacionais e Neoliberalismo

### VI MINEPS 2017: Sport, International Organizations and Neoliberalism

Marcelo Paula de Melo\*

Emanoel Borges Candal\*\*

Fernando Henrique Carneiro\*\*\*

**Resumo:** Por meio da atuação dos Organismos Internacionais em diversos campos é possível analisarmos as relações entre as transformações, características e estratégias das ações burguesas em seus programas e ações políticas. Esse texto pretende investigar as indicações e recomendações da VI Conferência de Ministros e Alto Funcionários da EF e do Esporte (MINEPS), realizada em Kazan (Rússia) no ano de 2017. Especialmente, intentamos investigar a relação dessas indicações e recomendações para as políticas públicas de Esporte, Educação Física e Lazer. Ao longo das reflexões, foi possível perceber uma EF voltada à difusão de valores nos marcos do capital, em especial com características de associação às demandas estruturais neoliberais pelo alto desemprego e informalidade.

**Palavras-chaves:** UNESCO, Educação Física, MINEPS 2017 e Neoliberalismo.

**Abstract:** Through the work of International Organizations in various fields, it is possible to analyze the relationships between the transformations, characteristics and strategies of bourgeois actions in their programs and political actions. This text intends to investigate the indications and recommendations of the VI Conference of Ministers and Senior Officials of EF and Sport (MINEPS), held in Kazan (Russia) in 2017. Especially, we intend to investigate the relationship of these indications and recommendations to public policies of Sport, Physical Education and Leisure. Throughout the reflections, it was possible to perceive an EF focused on the diffusion of values in the landmarks of capital, especially with characteristics of association with neoliberal structural demands due to high unemployment and informality.

**Keywords:** UNESCO; Physical Education; MINEPS 2017 and Neoliberalism.

\* Mestre em educação (UFF); doutor em Serviço Social (UFRJ), professor da EEFD-UFRJ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0146-4275>

\*\* Mestre em Educação (UFRJ) e professor da SME-RJ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3277-0398>

\*\*\* Mestre e doutor em Educação Física (UNB) e professor do Instituto Federal de Goiás. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2800-1895>

## Introdução

Por meio da atuação dos Organismos Internacionais em diversos campos é possível analisarmos as relações entre as transformações, características e estratégias das ações burguesas em seus programas e ações políticas. A conformação de organismos supostamente de ajuda técnica, compostas seja por indicações governamentais, seja por técnicos contratados por esses organismos, acaba conferindo às ações políticas dos Organismos Internacionais uma conotação de ação com vistas à solução de problemas de diversas naturezas. Não sendo uma intervenção direta de países capitalistas centrais sobre outros capitalistas dependentes ou mesmo recém saídos de processos de libertação nacional e\ou colonial, os programas e políticas públicas cancelados e\ou diretamente executadas por equipes desses organismos raramente recebem alcunha de ação para realizar interesses de classe (burguesa). Essa característica acima indicada é mais forte nos programas, políticas e projetos das agências do Sistema das Organizações das Nações Unidas. A Educação Física, por sua vez, não fica de fora destas indicações e também é fruto de variadas produções por parte destas organizações.

Esse texto buscará estudar um campo particular de ação da ONU, através de sua Agência Especial para a Educação, Ciência e Cultura (ONU-UNESCO). Abarcando suas proposições para o campo da Educação Física (EF), Esporte e Lazer, queremos destacar a Conferência de Ministros e Alto Funcionários da EF e do esporte (MINEPS). Com edições em 1976 (Montreal, Canadá), 1988 (Moscou, URSS), 1999 (Punta del Este, Uruguai), 2004 (Atenas, Grécia), 2013 (Berlim, Alemanha), tendo sua mais recente versão em 2017 (Kazan, Rússia). A MINEPS é um encontro mundial de autoridades e organizações ligadas ao campo para debater e atualizar questões pertinentes ao que eles definem como “Educação Física e Esportes”, englobando direcionamentos no prisma das políticas públicas em EF fora do espaço escolar e dentro dele. Nas palavras da própria apresentação da conferência:

A MINEPS é a única plataforma global deste tipo no mundo. Os resultados da MINEPS não só ajudam a estabelecer a direção geral do programa de educação física e esporte da UNESCO, como também norteiam a implantação de políticas e práticas efetivas por governos no mundo todo (ONU-UNESCO, 2013, p. 1).

Esse texto pretende investigar as indicações e recomendações da VI Conferência de Ministros e Alto Funcionários da EF e do Esporte (MINEPS), realizada em Kazan (Rússia) no ano de 2017. Especialmente, intentamos investigar a relação dessas indicações e recomendações para as políticas públicas de Esporte, Educação Física e Lazer como expressão da realização dos embates entre classes sociais que conformam nosso tempo histórico. Ao longo do trabalho, refletimos sobre perguntas norteadoras desta pesquisa, que são explicitadas abaixo:

1) É possível identificar apontamentos nos documentos da ONU-UNESCO para o campo da EF que se relacione com a estruturação neoliberal atual, em especial questões como reforma do Estado, as novas configurações do mundo do trabalho, a flexibilização e as ações de tentativa de naturalização da precariedade? 2) Como esse elemento se materializa nas políticas recomendadas nesse relevante documento?

A escolha dos documentos chaves da MINEPS 2017 (ONU-UNESCO, 2017a; 2017b) se dá pela relevância que ocupam no cenário internacional para o campo e sua não separação entre si, sendo pilares de reivindicações deste organismo internacional, além de se relacionarem com outros aspectos mais gerais, tais como as Metas de Desenvolvimento do Milênio, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU-UNESCO, 2015) dentre outros. Para maior especificidade em relação a forma de análise dos documentos da EF produzidos pela UNESCO já citados (ONU-UNESCO, 2017a; 2017b, ONU-UNESCO, 2015), realizaremos análise documental.

A importância dos organismos internacionais tem sido cada vez maior no que diz respeito aos encaminhamentos para as políticas mundiais. Essas organizações não somente cumprem papel de formulação e indicação das políticas, mas também de produção de relatórios e constatações do movimento capitalista que norteiam as possíveis ações futuras e as avaliam. Assim, garantem a divisão internacional do trabalho em diferentes prismas, através da educação, da ciência e da cultura, como o caso direto da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), fundada em 1946 que centraliza sua atuação, em especial no campo da educação, das ciências humanas e sociais, cultura, ciências naturais, comunicação e informação. Outros organismos aparecem como centrais e em relação indissociável entre eles para a consolidação da organização social nos marcos capitalistas, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional intimamente ligados à reafirmação do fortalecimento do capitalismo em nível global.

As aproximações das discussões da Educação Física com Serviço Social intensificaram-se nas últimas décadas. Foram comuns a realização de estudos de Pós graduação por parte de professores e professoras de Educação Física no âmbito de programas de Serviço Social. Os debates acerca do esporte e outros elementos da cultura corporal como direitos sociais (Penna, 2011; Melo, 2011; Athayde, 2014), as relações Estado e Sociedade civil com avanço de projeto neoliberal e suas implicações nas Políticas de Esporte e lazer (Melo, 2011; Andrade, 2018), as contradições dos grandes eventos esportivos para sociedade Brasileira (Figueiredo, 2017) foram objetos de estudos variados de professores e professoras de Educação Física em Programas de Pós-graduação em Serviço Social. Tendo como pano de fundo as mudanças nas dinâmicas das

lutas entre as classes sociais na atual fase da sociedade burguesa, essa bebida da Educação Física ao Serviço Social, significou situar seus elementos centrais aos princípios éticos políticos de uma bibliografia crítica- com aproximações variadas ao marxismo- que foi pouco presente inicialmente na Educação Física. A qualificação ético-política das discussões da Educação Física, assumindo a radicalidade do marxismo, deve-se também a essa aproximação.

### **Políticas sociais e capitalismo neoliberal**

O capitalismo contemporâneo vem expressando evidências cada vez mais significativas sobre sua característica extremamente efetiva de elevar, em larga escala, o nível de expropriação e exploração da força de trabalho e da natureza. Faz isso como supostas expressões de liberdade, mas com índices humanitários cada vez mais preocupantes. A precarização da vida, a desregulamentação e flexibilização do trabalho, altas taxas de desemprego e a informalidade em nível mundial são características que podem ser percebidas. É também perceptível um aspecto importante em meio a tantos indícios de extrema pauperização, como os discursos de romantização destas condições de precariedade estruturados, a partir de uma lógica meritocrática e distante da totalidade. Estes são acompanhados da justificativa de características meramente individuais, atribuindo o difícil momento do capitalismo à postura dos trabalhadores ou ao âmbito “natural” da própria engrenagem produtiva mundial. Com isso, busca-se dificultar a associação direta, pelas maiorias populares, de suas difíceis condições de vida, com as premissas básicas do projeto neoliberal e ao próprio modo de produção capitalista. É possível perceber o avanço de espaços supostamente motivacionais, proposta de caminhos para o empreendedorismo e exaltação de exceções- que como nos ensina a matemática apenas confirma a regra- que ascenderam socialmente, por meio do trabalho e da vida precária, colocando-os como exemplos de postura e de julgamento moral ao restante da população.

Fontes (2017) alerta para o estratégico e complexo processo educativo a que os trabalhadores são submetidos, onde por trás ocorre o aumento da concentração de riqueza e controle e, conseqüentemente, desigualdade e desemprego. Tal processo tenta naturalizar assim as retiradas de direitos de forma passiva e quase automática por parte do próprio trabalhador com a urgência legítima de atender às suas necessidades materiais imediatas de existência. Como afirma Fontes (2017, p. 49):

Os Estados capitalistas realizaram um duplo movimento: reduziram sua intervenção na reprodução da força de trabalho empregada, ampliando a contenção da massa crescente de trabalhadores desempregados, preparando-os para a subordinação direta ao capital. Isso envolve assumir, de maneira mais incisiva, processos educativos elaborados pelo patronato, como o empreendedorismo e, sobretudo, apoiar resolutamente o empresariado no

disciplinamento de uma força de trabalho para a qual o desemprego tornou-se condição normal (e não apenas mais ameaça disciplinadora).

A crítica ao Estado capitalista não é em absoluta a proposição de uma situação social de vida pré ou não estatal. Como mostra Mézaros (2015, p. 16), “apenas os apologistas interesseiros do sistema do capital podem acusar os defensores da alternativa socialista de pedirem uma “anarquia utópica sem lei”. Nada poderia ser mais longe da verdade”.

Mais ainda, a reprodução das relações sociais capitalistas não tem predileção a priori por qualquer modalidade estatal ou adjetivo acerca de sua lógica de funcionamento. O processo histórico mostra que não há nenhuma barreira a priori entre desenvolvimento de relações sociais capitalistas e formas abertamente ditatoriais. Não por acaso,

As formações estatais do sistema do capital nunca poderiam cumprir suas funções corretivas e de estabilização exigidas (e, assim, prevalecer sobre as tendências potencialmente perturbadoras) sem sobrepujarem-se a todas as resistências encontradas como um corpo alienado *par excellence* de tomada de decisão global. (...) Consequentemente, dada a sua função absolutamente crucial no processo de reprodução social global, o tipo de defesa legitimadora do Estado próprio do metabolismo social estabelecido não pode assumir qualquer outra forma senão a sobreposição a todo custo (Mézaros, 2015, p. 17/8).

O neoliberalismo, enquanto expressão da dinâmica de organização societal capitalista nos últimos 40 anos, parece apontar para uma suposta pacificação da luta de classes por meio da distância estabelecida, por exemplo, na relação patrão x trabalhador, no aguçamento da competição entre os próprios trabalhadores (diminuindo sua própria noção enquanto classe) e na própria estratégia de diminuir a capacidade de percepção de detenção dos meios de produção e do próprio processo produtivo. Por outro lado, as contradições também se acirram. Embora tenhamos características específicas deste momento histórico, é importante observar que estamos diante de brusca potencialização das relações capitalistas e da extração de mais-valia (não de sua supressão realizada pelo avanço tecnológico ou características estruturais outras de sociedade). O alerta de Elaine Behring (2023) acerca da ofensiva ultraneoliberal no mundo serve com nitidez para definirmos essa época.

A diminuição do trabalho sindicalizado por meio da expressão da precarização de trabalho por aplicativo não é a mesma coisa que dizer que fim da luta de classes. Apenas que os trabalhadores e trabalhadoras ultraprecarizados não conseguem mecanismos coletivos de defenderem-se da realização dos interesses de classes de seus novos patrões- agora fundos de investimento invisíveis a olhos nus em companhias globais. Não existe demonstração mais cabal da luta de classes que essa, ainda que os resultados sejam trágicos aos trabalhadores e trabalhadoras.

A expressão de menor precariedade existencial aos trabalhadores e trabalhadoras na segunda metade do século XX - a experiência breve e geograficamente localizada do estado social europeu -, justamente onde o movimento sindical, popular e de partidos de esquerdas fortíssimos, indica que foi a luta de classes dos de baixo que a viabilizou. Assim como sua débâcle e destruição deve ser compreendida como expressão da luta de classe burguesa com vistas elevar os níveis de exploração da força de trabalho por diversos mecanismos, incluindo a internacionalização extrema da produção capitalista, algo então inédito e em processo de aprofundamento. No momento em que senão fim da luta de classes, mas, sobretudo seu esvaecimento como elemento da explicação - e também e principalmente - da ação política efetiva nas diversas sociedades são celebrados ou tratados com naturalidade vemos que diversas expressões da realidade social seguem indicando a existência de interesses objetivos antagônicos e inconciliáveis.

Esses processos são manifestações efetivas da luta de classes. Em muitos casos por não haver seja uma classe trabalhadora de tipo industrial- algo impossível em países de então recentíssima industrialização- seja um partido comunista com muitos adeptos, as lutas de libertação anticolonial não foram tomadas como expressão das lutas de classes.

Com esses elementos apresentados, podemos refletir sobre algumas características que se apresentam atualmente. O conjunto de reformas amplamente difundidas, em especial no campo trabalhista, previdenciário, da legislação ambiental e dos direitos sociais de maneira geral tem sido reforçado como naturais ao processo de recuperação econômica e ganham extrema centralidade na conjuntura político-econômica. Tais reformas se dão com intensidade nos países periféricos do capital, mas também se acirram em polos centrais como a Europa e EUA. Não são poucos os casos de ações, por parte dos Estados, que vêm estruturando reformas em diferentes frentes sociais, em especial desde o início dos anos 1990, parecendo ocorrer com maior intensidade nos ataques aos direitos e no avanço da repressão aos movimentos contrários nesta segunda década do século XXI com a ascensão, inclusive, de setores de extrema direita em escala global.

Granemam (2017) afirma que as políticas sociais na atualidade, diferente dos anos de ouro do capitalismo mundial, deixam de ser centrais à dinâmica de acumulação e realização de lucros. Contrariamente tornam-se uma barreira na medida em que exigem direcionamentos do fundo público para atender às demandas da classe trabalhadora. É esse quadro explicativo que possibilita à compreensão de como uma série de ataques em diversos países à conquistas dos trabalhadores são levados adiante, malgrado o cinismo reinante de seus defensores. A privatização das políticas sociais, nas suas mais variadas formas e mecanismos, é parte central

desse quadro.

Ao passo em que lidamos com políticas que se apresentam como avanços e se estabelecem na esperança salvacionista e com o discurso da utilização da tecnologia, por exemplo, para melhora de questões sociais, é possível perceber, por outro lado, fortes contradições. Estas se apresentam pelos limites essenciais às relações da divisão internacional do trabalho/lugar político-econômico que os países periféricos ocupam, não rompendo, portanto, com a estruturação do capitalismo mundial, sequer focalizando a análise nesta origem. Pelo contrário, o aparecimento de medidas e ações estatais e/ou empresariais que se apresentam como solucionadores de específico problema, tendem a reforçar e reproduzir a lógica de boas ações no sentido moral e distanciar a análise crítica ao movimento real do capitalismo mundial globalizado que lucra com as desigualdades. Importante destacar as recorrentes ações, em diversos campos sociais, que assumem caráter “compensatório” tendo em seus eixos estruturais as ações filantrópicas e discursos para o desenvolvimento de países com alto índice de desigualdade e pobreza propagandeadas como ações salvadoras de males sociais típicos da dinâmica de exploração do capitalismo.

Com isso, se faz central que não desvinculemos estas medidas com a dinâmica de classes no mundo em que se estrutura a sociedade capitalista e a relação de exploração que se intensifica em momento de agudização da crise. É importante atentarmos que os organismos internacionais estão intrinsecamente ligados às políticas desenvolvidas nos países periféricos, que, por sua vez, ocupam lugares na divisão internacional do trabalho e cumprem papéis importantes para a sustentação do capitalismo mundial. Papéis estes de serem redutos de grande exploração e de expropriações cada vez mais intensas às populações trabalhadoras, embora em muitas vezes estas sejam propagandeadas como única solução e/ou com discurso legitimador de mais e mais expropriação (como o caso dos variados cortes em gastos públicos).

## **VI MINEPS 2017 como materialização da ação**

A MINEPS é um encontro mundial de autoridades e organizações ligadas ao campo para debater e atualizar questões pertinentes as políticas públicas de Educação Física, Esportes e Lazer, fora do espaço escolar e dentro dele. Na apresentação da conferência, encontramos as seguintes informações: A MINEPS como plataforma global; seus resultados não só ajudam a estabelecer a direção geral do programa de educação física e esporte da UNESCO, como também norteiam a implantação de políticas e práticas efetivas por governos no mundo todo (ONU-UNESCO, 2013, p. 1).

A VI Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários responsáveis pela

Educação Física e Esportes, realizada em Kazan (Rússia, de 13 a 15 de julho de 2017), foi sistematizada em um documento de 62 páginas. Está dividido em “AGRADECIMENTOS”, “VISÃO DO CONJUNTO”, “PRINCIPAIS PONTOS DE DEBATE” e as cláusulas encaminhadas na conferência. Constam também três anexos. São eles: “PLANO DE AÇÃO”; relatoria, falas e programação intitulada “ORDEM DO DIA ANOTADA” e “LISTA DE PARTICIPANTES”. Estiveram presentes 97 Estados membros, 1 Estado não membro, 7 organizações intergovernamentais e 53 organizações não governamentais. É possível identificar, no último anexo do documento, empresas e instituições, confederações esportivas nacionais, universidades privadas, além de federações internacionais esportivas (ONU-UNESCO, 2017a, p.53-57). Está expresso que a VI MINEPS teve como centralidade a análise e os apontamentos para materialização dos encaminhamentos realizados na V MINEPS (2013) e pela Carta Internacional da Educação Física (2015), como é possível identificar abaixo:

MINEPS VI se centró en la aplicación de la Declaración de Berlín, que se aprobó en MINEPS V, celebrada en Berlín (Alemania) en 2013, y de la Carta Internacional de la Educación Física, la Actividad Física y el Deporte. La Conferencia tenía cuatro objetivos principales: i) reconocer el marco de seguimiento de las políticas de deporte de MINEPS como un instrumento útil de carácter voluntario para propiciar la convergencia y la cooperación internacionales en la evaluación de los avances alcanzados en la formulación de políticas deportivas; ii) reconocer la información concreta recopilada por los grupos de trabajo en la que se basará el marco; iii) comprometerse a reforzar los vínculos entre la formulación de políticas deportivas y los Objetivos de Desarrollo Sostenible; y iv) comprometerse a cooperar a escala internacional en iniciativas específicas. Estos objetivos sirvieron de base para la aprobación del Plan de Acción de Kazán (ONU-UNESCO, 2017a, p. 4).

Vale, então, ressaltar os objetivos centrais elencados no documento no tópico citado. No item I, o norteamento de reconhecimento das proposições da MINEPS, como instrumento para propiciar a convergência nas políticas, revela a preocupação para o desenvolvimento das políticas do campo nos países, expressando, assim, a posição de se ter um projeto de difusão das mesmas com um determinado direcionamento. No item III, a citação aos objetivos do chamado Desenvolvimento Sustentável aparece mais uma vez, assim como na Carta Internacional, demonstrando a articulação das ações variadas dos encaminhamentos da conferência com o documento geral da ONU, associando o campo da Educação Física ao (suposto) cumprimento destes objetivos. São eles:

- 1- erradicação da pobreza; 2- fome zero; 3- boa saúde e bem-estar; 4- educação de qualidade; 5- igualdade de gênero; 6- água limpa e saneamento; 7- energia acessível e limpa; 8- emprego digno e crescimento econômico; 9- indústria, inovação e infraestrutura; 10- redução das desigualdades; 11- cidades e comunidades sustentáveis; 12- consumo e produção responsáveis; 13- combate às alterações climáticas; 14- vida debaixo d'água; 15- vida sobre a terra; 16- paz, justiça e instituições fortes; 17- parcerias em prol das metas

(ONU, 2016).

Os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ONU, 2000), nos anos 1990, totalizavam oito. Há um crescimento deste quantitativo de objetivos, a repetição fundamental da totalidade dos problemas indicados e o adiamento constante de metas anteriores junto a elaboração de novas metas em novas agendas e programas. No site da conferência é possível perceber novamente a centralidade dessas relações, conforme podemos observar no trecho abaixo, desdobrando em demais ações futuras compromissadas com a relação entre Educação Física e tais documentos gerais da ONU. Vejamos:

Como a UNESCO está comprometida em alinhar seus programas e atividades com a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o MINEPS VI fornecerá uma plataforma para discutir educação física, atividade física e esporte, à luz de sua contribuição para alcançar os ODS. (..) Os seguintes ODS são particularmente relevantes: 3: Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; 4: Garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; 8: Promover crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; 10: Reduzir a desigualdade dentro e entre países; 11: Tornar cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; assim como 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, fornecer acesso à justiça para todos e construir instituições efetivas, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Antes e durante o MINEPS VI, os Estados Membros e os movimentos esportivos serão convidados a compartilhar exemplos de boas práticas. (...) Essa intenção de vincular as atividades esportivas à Agenda 2030 reconhece a necessidade de um impacto positivo dos investimentos no esporte no desenvolvimento. Portanto, será importante que uma estrutura para os formuladores de políticas contenha indicadores mensuráveis e um compromisso de todas as partes interessadas em operacionalizar intenções de desenvolvimento ao planejar programas, projetos e eventos (ONU-UNESCO, 2017b).

O processo citado, no final do trecho acima, também dialoga com as formulações das políticas, indicando de forma ainda mais profunda o interesse de articulação com a efetivação dos objetivos de documentos gerais do sistema ONU-UNESCO. Tal questão se confirma no próprio documento final da conferência. Temos:

El CIGEPEPS decidió que MINEPS VI se centraría en hacer una llamada a la acción para llevar a la práctica los compromisos de los ministros asumidos en la Declaración de Berlín y las expectativas y normas consagradas en la Carta Internacional de la Educación Física, la Actividad Física y el Deporte en el marco de los Objetivos de Desarrollo Sostenible y la Agenda 2030. Por lo tanto, pareció oportuno adoptar un nuevo marco para vincular los tres documentos (ONU-UNESCO, 2017a, p. 12).

Encontramos com mais ênfase questões a serem aprofundadas e discutidas relacionadas diretamente aos processos de naturalização das contradições do capitalismo, como indicações que acirram as políticas de reformas que vêm sendo tocadas como supostas soluções para a crise (em especial para países periféricos); o caráter educativo da Educação Física dentro dos marcos hegemônicos e de pacificação da luta de classes como solucionadora de conflitos e para o que chamam de “uma cultura de paz a partir do ensino de valores socialmente aceitos” (ONU-UNESCO, 2017a, 2017b); o direcionamento para a ação da sociedade civil como garantidora dos direitos sociais (inclusive como parceiras das escolas públicas estatais) por meio do incentivo das chamadas relações público-privadas; a forte visão salvacionista em relação as práticas corporais. O aprofundamento do projeto neoliberal, com seus conhecidos resultados, tem na naturalização da privatização da ação estatal por meio de organismos supostamente sem fins de lucro um de meios mais expressos de efetivação.

Abaixo, podemos observar norteamentos que serão desdobrados, posteriormente, no documento e que vão demonstrar de forma mais concreta as questões colocadas anteriormente:

II. Potenciar al máximo la contribución del deporte al desarrollo sostenible y la paz II.1 Mejorar la salud y el bienestar de todos a cualquier edad II.2 Lograr que las ciudades y los asentamientos sean inclusivos, seguros, resilientes y sostenibles II.3 Brindar una educación de calidad y promover el aprendizaje permanente para todos y la adquisición de competencias a través del deporte II.4 Construir sociedades pacíficas, inclusivas y equitativas II.5 Facilitar el crecimiento económico y el empleo pleno y productivo y el trabajo para todos II.6 Promover la igualdad entre hombres y mujeres y empoderar a las mujeres y a las niñas II.7 Garantizar modalidades de consumo y producción sostenibles y adoptar medidas urgentes para combatir el cambio climático y sus efectos II.8 Construir a todos los niveles instituciones eficaces e inclusivas que rindan cuentas (ONU-UNESCO, 2017a, p. 13).

No trecho que levanta a percepção relacionada ao tema das contribuições da Educação Física para o “desenvolvimento econômico, o emprego pleno e produtivo e o trabalho para todos” (citado no tópico II.5 da citação anterior), podemos constatar o deliberado tratamento como sinônimos aos conceitos de emprego e trabalho, parte determinante da naturalização da flexibilidade, do voluntariado e de uma educação relacionada aos marcos empreendedores /empresariais, sendo estes apontamentos para atingir o que chamarão de “emprego pleno” e “aumento da produtividade”, se estreitando aos apontamentos realizados anteriormente que analisam os aspectos da uberização do trabalho. O trecho abaixo, que analisa a conjuntura para as ações relacionadas a essa problemática, expressa este direcionamento:

El atractivo del deporte para los jóvenes hace de este un marco valioso para iniciativas de empleabilidad (meta 4.4), como por ejemplo de formación empresarial (metas 8.5 y 8.6). El voluntariado también contribuye de forma importante. Puede cosecharse más beneficio económico de las políticas deliberadas destinadas a incrementar las contribuciones voluntarias de

funcionarios, orientadores, padres y otros grupos que aportan beneficios sociales y de salud mediante el apoyo a programas de actividades físicas y deportivas eficaces en función de los costes (ONU-UNESCO, 2017a, p. 17).

Vale ressaltar que as metas estão em diálogo com as metas de desenvolvimento sustentável da agenda 2030. Especialmente a meta 4.4. indica: “Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo” (ONU-UNESCO, 2017a, p. 18). O tópico 4.4 é emblemático na categorização e no apontamento de uma educação que se associa diretamente à crise no mercado de trabalho, sobretudo no que diz respeito aos jovens. As chamadas “habilidades relevantes” acompanhadas ao empreendedorismo demarcam o posicionamento de forma clara, no sentido educativo da juventude para naturalização dessas condições de trabalho. Também o movimento da entrada na informalidade como alternativa do desemprego deixa como questionamento uma duplicidade perversa nos apontamentos das metas de desenvolvimento citadas pelo trecho da VI MINEPS trazido. Aponta-se a busca pelo pleno emprego ao mesmo tempo em que o empreendedorismo e a construção de habilidades necessárias para a contemporaneidade figuram como centrais. Chama atenção também no trecho do documento citado a forte presença do voluntariado.

350

Há uma contradição entre informalidade e emprego digno na vida material do trabalhador. Sendo assim, o trecho citado evidencia-se como contraditório, mas ao mesmo tempo como naturalizador da resiliência para a precariedade através dos sentidos pedagógicos da Educação Física e seu campo econômico. Tais dados que demonstram sentido inverso às metas, revelam também a intrínseca relação entre a pauperização, acirramento da desigualdade e da exploração com o capitalismo, sendo estes condicionantes fundamentais de seu modus operandis.

No momento em que a crise sistêmica e estrutural do sistema metabólico do capital não dá nenhuma mostra de arrefecimento, com o aprofundar de suas contradições em termos de exploração do ser humano e do meio ambiente, seguem aparecendo vãs esperanças que ajustes na atuação estatal seria uma possível solução desses problemas. Como mostra Mézaros (2015, p. 15),

As tentativas de medidas corretivas do Estado- desde intervenções militares perigosas para enfrentar colapsos financeiros graves em escala monumental, incluindo operações de resgate do capitalismo privado realizado pela sempre crescente dívida pública da ordem de trilhões de dólares- parecem agravar os problemas, apesar das vãs garantias em contrário. (...) Por que as soluções tradicionais do Estado não conseguem produzir os resultados esperados? O Estado, tal qual constituído historicamente, é mesmo capaz de resolver todos

os nossos problemas ou o Estado como tal tornou-se um dos principais contribuintes para o agravamento de seus próprios problemas e para sua insolubilidade crônica?

Na parte do documento intitulado “Principais Pontos de Debate” há a presença relatada de debates acerca da importância da inclusão de minorias historicamente marginalizadas. Também há referência mais freqüente a convenções internacionais relacionadas à temática, com a preocupação em estabelecer ações para o acesso de pessoas com deficiência, além da necessidade de enfrentamento na disparidade das desigualdades de gênero e de sexo, com o apontamento de estreitamento de parcerias entre organizações esportivas e programas geridos pelas comunidades com as escolas (ONU-UNESCO, 2017a, p. 6). O segundo tema “Potenciar al máximo la contribución del deporte al desarrollo sostenible y la paz” contou com debates da articulação direta entre o esporte e os objetivos, em especial traçando princípios.

(...) El ponente principal destacó cuatro principios que deberían guiar la articulación de las políticas. En primer lugar, una política dirigida a potenciar al máximo la contribución del deporte debería reflejar datos e investigaciones, basándose en una teoría del cambio. En segundo lugar, para potenciar al máximo su impacto, el deporte debería integrarse en las políticas y los programas en toda una serie de ámbitos políticos. En tercer lugar, las contribuciones pueden realizarse a través del deporte y en el deporte. En cuarto lugar, es importante determinar con atención los ODS a los que puede contribuir el deporte, en lugar de considerarlo como un catalizador general (ONU- UNESCO, 2017a, p. 6-7).

O quarto princípio demonstra uma maior preocupação com a sistematização que relacione especificamente os objetivos e metas de desenvolvimento sustentável com o esporte, superando a visão de que o mesmo seria um catalizador geral independente do objetivo. Assim, esse movimento acaba elevando, de certa forma, o acúmulo, a objetividade e a profundidade dos encaminhamentos para o campo da Educação Física e esporte enquanto políticas sociais, revelando uma maior preocupação na efetiva implementação do projeto hegemônico de forma mais qualitativo. Outro elemento que reforça tal análise de aprofundamento é o ponto de debate principal seguinte desta mesma temática, conforme podemos observar abaixo:

Varios representantes de Estados Miembros se refirieron al hecho de que la capacidad que tiene el deporte de contribuir a la consolidación de la paz no conduce al cese de los conflictos y del uso de armas de fuego durante competiciones deportivas. En cambio, la guerra y los conflictos son un obstáculo para los programas de deportes, educación física y actividad física. Se propuso la formación de un grupo de trabajo internacional que examine 116 cómo el deporte puede contribuir verdaderamente a la paz (ONU-UNESCO, 2017a, p. 7).

Outro ponto de destaque é o retorno à articulação com a agenda 2030, a partir, principalmente, de dois tópicos. Um se referindo à presença do esporte no preâmbulo do documento de metas e o seguinte, reivindicando a citação direta do campo da EF, expressando

“preocupação” com sua ausência nas metas e objetivos da agenda. Isso pode ser observado em:

4. Destacando que en el preámbulo de la Agenda 2030 se reconoce que el deporte es un importante facilitador del desarrollo sostenible y la paz, 5. Expresando nuestra preocupación por que, salvo el reconocimiento general del deporte como facilitador, no se haga mención alguna de la educación física, la actividad física o el deporte en ninguno de los objetivos y metas de la Agenda 2030 (ONU-UNESCO, 2017a, p. 9).

No tópico 16, é possível identificar novamente a função do campo esportivo para a consolidação da operação nos marcos dominantes da potência de formação valorativa do esporte, articulando-o, inclusive, com a facilitação da transição entre escola e trabalho. Afirma que:

Reconociendo la importante función que desempeñan los jóvenes para potenciar al máximo la contribución del deporte al desarrollo sostenible y la paz, así como la fuerza positiva que puede tener el deporte para conseguir que los niños vayan a la escuela, apoyar las posibilidades de empleo de los jóvenes y facilitar la transición de la escuela al trabajo (ONU-UNESCO, 2017a, p. 10).

Tal trecho aponta para uma concepção de esporte nos marcos de funcionamento social dominante e podendo se articular às características contemporâneas do capitalismo em intensa precariedade das condições de vida e trabalho. Para além de particularidades nacionais, o ponto em comum das reformas trabalhistas foi a desproteção social e a precarização da vida. Ressaltaremos a parte “Redacción de las esferas políticas principales y específicas” por sintetizar as visões de forma mais evidente sobre as principais esferas políticas, revelando com maior clareza os posicionamentos que norteiam a organização e os trabalhos da VI MINEPS. Primeiramente, podemos citar a descrição da primeira esfera política principal, conforme podemos visualizar abaixo:

Establecer alianzas entre múltiples interesados la gran diversidad de formas y contextos de la educación física, la actividad física y el deporte sugiere que gran parte de la importancia que revisten para la sociedad civil reside en su variedad y adaptabilidad. A fin de materializar por completo su potencial, es necesaria la cooperación entre sectores públicos, como la sanidad, la educación, el desarrollo urbano, las infraestructuras y el transporte, e interesados del sector privado, para elaborar y aplicar legislación, reglamentos y planes de acción nacionales. Estas medidas, llevadas a cabo en sinergia, promueven la continuidad de la práctica y el acceso a la actividad física a cualquier edad. Su objetivo es promover la autonomía, en un contexto tanto individual como colectivo, y evitar que se abandone la práctica (debido, por ejemplo, a la edad, a circunstancias de la vida, a condiciones sociales y de salud, a la discriminación). Es necesario definir, desarrollar y compartir conjuntos de herramientas y otros mecanismos de apoyo en pro de esta colaboración intersectorial (ONU-UNESCO, 2017a, p. 14).

Essa descrição demonstra norteamento claro de apontamentos para as políticas, a partir dos processos de parcerias público-privadas entre Estado e o setor privado com foco em direitos

básicos fundamentais, como o caso da saúde, da educação, desenvolvimento urbano, transporte e infraestrutura. Tal direcionamento para materializar estes direitos que se tornam serviços na lógica privada, supostamente consolidaria a possibilidade de acesso à atividade física, aumentando a autonomia e diminuindo a evasão destas práticas por conta da idade e condições materiais da vida.

Há forte relação entre a idade de trabalho e a evasão e diminuição das práticas corporais. Tal afirmativa, no trecho citado, é universalizante para um mundo profundamente desigual e cada vez mais precário em condições básicas de vida e de direitos, justamente pelo processo de intensificação neoliberal, de enxugamento do Estado e de forte relação entre o mesmo e as grandes empresas do setor privado, além da sua intensa desresponsabilização nas mais variadas áreas de direitos sociais. Sendo assim, o trecho corrobora o projeto neoliberal, em sua essência, e inverte o movimento do real como véu para a justificativa dele mesmo e da solução da precariedade com mais precariedade.

Mais adiante, ainda nas descrições, especificamente na linha cinco da segunda esfera política principal denominada “POTENCIAR AL MÁXIMO LA CONTRIBUCIÓN DEL DEPORTE AL DESARROLLO SOSTENIBLE Y LA PAZ”, é possível perceber a relação base encaminhada pela MINEPS entre educação física, emprego, produção e trabalho, conforme podemos observar abaixo:

II.5 Facilitar el crecimiento económico y el empleo pleno y productivo y el trabajo para todos Puede constatarse en diversos contextos la contribución de la educación física, la actividad física y el deporte al crecimiento económico, el aumento de la productividad y el empleo. Se calcula que la industria del deporte contribuye con hasta el 1% del producto interno bruto mundial y estimular el desarrollo del sector puede generar más beneficios. Potenciar al máximo el turismo deportivo de eventos y el turismo activo de ocio, en particular, puede ser de ayuda en este empeño (meta 8.2). El atractivo del deporte para los jóvenes hace de este un marco valioso para iniciativas de empleabilidad (meta 4.4), como por ejemplo de formación empresarial (metas 8.5 y 8.6). El voluntariado también contribuye de forma importante. Puede cosecharse más beneficio económico de las políticas deliberadas destinadas a incrementar las contribuciones voluntarias de funcionarios, orientadores, padres y otros grupos que aportan beneficios sociales y de salud mediante el apoyo a programas de actividades físicas y deportivas eficaces en función de los costes (meta 8.3) (ONU-UNESCO, 2017a, p. 17).

Salta aos olhos o trecho no qual se associa o atrativo dos jovens para o esporte à oportunidade de formação empresarial (em citação às metas 8.5 e 8.6 da agenda 2030). Tal relação reforça o entendimento de que há, no esporte, as possibilidades de difusão de valores empreendedores e a utilização do mesmo como instrumento de difusão destes. Logo, em sequência, novamente, aparece a reafirmação da contribuição do voluntariado para os

benefícios econômicos, além de finalizar articulando a EF e os benefícios sociais e de saúde com as possibilidades de parcerias também no sentido voluntarista com diferentes grupos sociais.

A substituição de postos de trabalho perdidos via robotização e ou maior maquinização do processo produtivo na indústria, agricultura e serviços gerou o fetiche de que esse manancial de postos de trabalho perdidos seria reabsorvido em campos novos de atividade capitalista. Os trabalhos precarizados em elaboração e entrega de refeições, assim como outras formas de trabalhos mediadas por empresas de aplicativos, em hipótese alguma são suficientes para garantir a existência de trabalhadores e suas famílias com mínimo de dignidade. De acordo com David Harvey (2018, p. 15):

A criação, por meio do desemprego tecnologicamente induzido, de um exército industrial de reserva, põe em foco as adaptações tecnológicas capazes de poupar mão de obra. Inovações que melhoram a eficiência e a coordenação, ou aceleram os tempos de rotação na produção e na circulação, produzem quantidades maiores de mais valor para o capital (...). Novas tecnologias e inovação de produtos andam de mãos dadas.

Não por acaso, o desafio pedagógico dos mantenedores diretos ou indiretos da ordem do capital é apresentar soluções mágicas e superficiais para problemas que exigiram soluções radicais e antisistêmicas. Mészáros (2015, p. 25) afirma não ser surpresa que, diante da impossibilidade de qualquer proposição estruturalmente equitativa, o pensamento e projeto liberal de sociedade no máximo defenda uma ordem “*mais equitativa*, o que sempre significou muito menos que *equitativa*”. Os momentos da apologia indireta da ordem são constantes. A defesa de que somente com crescimento econômico é possível minorar a pobreza e desigualdade não dizem que isso se deve ao fato de não arranharem estruturalmente a desigualdade social, de renda e patrimônio que marcam as sociedades existentes. Como defende Mészáros (2015, p. 25-26)

Não surpreende, portanto, que simultaneamente ao desenrolar da *crise estrutural* do sistema do capital, o então tendencioso liberalismo reformatório rapidamente se metamorfosiasse em uma forma mais agressiva do *neoliberalismo* apologético do Estado. (...). Durante muito tempo, a promessa gratuita de todos os tipos de apologias do capital- (...) - foi que *o bolo a ser distribuído crescerá eternamente*, trazendo felicidade plena para absolutamente todos. *A distribuição abundante cuidará de tudo*, ninguém deveria se preocupar com os problemas da *produção*. Porém, o bolo simplesmente se recusou a crescer, de modo a corresponder a qualquer variedade da projetada “maior felicidade”. A crise estrutural do capital tinha posto fim a essas fantasias.

A propaganda deliberada da chamada ESG por parte dos apologistas burgueses (sejam entidades empresariais, seus congêneres nas grandes mídias ou suas fundações e prepostos nas

universidades) é apenas a mais nova versão de um prato requeimado. Uma adaptação de sigla em inglês adotada em diversos países, a ESG é o acrônimo para *Environmental, Social and Corporate Governance*. Uma tradução para Governança Ambiental, Social e Corporativa.

### Considerações finais

Chama atenção, no discurso materializado nos documentos e nas ações destes organismos, forte aspecto pacificador e filantrópico, além de uma objetividade nas ações do campo da EF no sentido “salvacionista” de aspectos sociais precários que a própria dinâmica capitalista apresenta, em essência. Ao longo do documento analisado e de outras produções em diálogo, foi possível observar as inúmeras citações ao que chamaram de “valores e habilidades intrínsecos à sociedade do século XXI”, a resiliência como objetivo a ser buscado pelas populações vítimas de intensa precariedade ou de situações de calamidade ambientais e político-econômicas realizadas pelo capital. Além disso, através da aproximação com a educação básica e outros espaços da educação não formal, em que a EF possa estar inserida, em especial em projetos sociais, há uma busca por difusão do empreendedorismo e, conseqüentemente, a romantização do trabalho precário. Foi possível observar também a materialização de algumas ações burguesas, não necessariamente em diálogo direto às produções analisadas, mas com claro estreitamento, a partir da utilização do esporte como parâmetro para a educação nos marcos neoliberais, explorando suas características de superação, meritocracia etc. Sendo assim, demonstra como as novas configurações de um mundo do trabalho uberizado, flexível e o aprofundamento da crise estrutural têm também a EF como braço de tentativa de pacificação da luta de classes para a coparticipação dos trabalhadores ao sistema que os oprime diariamente. Outro elemento marcante são as inúmeras indicações que aparecem de forma central nos documentos para as parcerias público-privadas com a sociedade civil através de ONGs, mas também com empresas internacionais de diversos ramos para a efetivação, com sucesso, de todas as indicações e políticas presentes nos documentos, direcionando assim à desresponsabilização do Estado para com os direitos fundamentais construídos em luta pelos (as) trabalhadores (as) ao longo de toda a história, transformando estes direitos em serviços e colocando-os na lógica privada. Não por acaso, o desafio pedagógico dos mantenedores diretos ou indiretos da ordem do capital é apresentar soluções mágicas e superficiais para problemas que exigiram soluções radicais e antisistêmicas.

É possível observar também um avanço qualitativo nas produções no que diz respeito à estrutura dos documentos e seus encaminhamentos, em especial através da preocupação da análise contínua das ações, do fortalecimento de diagnósticos das políticas e da criação de

acompanhamento internacional para as materializações encaminhadas, em especial pela VI MINEPS.

Ao longo das reflexões, foi possível perceber uma EF voltada à difusão de valores nos marcos do capital, em especial com características de associação às demandas estruturais neoliberais pelo alto desemprego e informalidade. A tentativa de construção do imaginário empreendedor pelos valores da EF perpassa, com destaque, todos os documentos da segunda década do século XXI, citados ao longo deste trabalho. Apesar do reconhecimento da EF tematizar outras produções culturais, são os esportes e os exercícios físicos para a “saúde e bem-estar” que balizam fundamentalmente todos os documentos, não tendo concretamente políticas de fortalecimento da Cultura Corporal local. Quando acontece, se dão em sentidos da mercantilização e apagamento de potenciais críticos que possam romper com a estrutura social capitalista. Outra característica que podemos perceber é a reivindicação de uma EF inclusiva, mas sem se articular à concretude destas possibilidades, pois não rompe com a exclusão intrínseca ao capital, só a reforça ao longo de todas as formulações de diferentes formas, sendo construído estes documentos também por atores de interesses privados. Sendo assim, o discurso da inclusão nestas linhas, estão a serviço da ordem dominante, apesar de também serem elementos da pressão do movimento do real. A partir desses entendimentos, podemos afirmar que a EF é também parte de um projeto de classe e atua para sua consolidação, a nível mundial, sendo articulada e atualizada junto às demandas contemporâneas do capital.

Os objetivos de apresentação de crítica à atuação da aparelhagem estatal como garantidor das condições objetivas e subjetivas da dominação burguesa e\ou reprodução das relações sociais capitalistas não tem a pretensão de um vislumbre de uma sociedade sem formas coletivas de gestão da vida social. Como afirma Mézaros (2015) essa mais que necessária crítica ao Estado “não pode significar que passaremos a defender a transformação de nossa inevitável modalidade de reprodução social em algum tipo de comunidade utópica de vila utópica” (p. 89). Pensar no intercâmbio entre produtores livremente associados não é o mesmo que paraíso na Terra. Mais que do isso um prenúncio de um futuro, importa aqui reconhecer que a

crítica radical ao Estado no capital em nossa época está diretamente relacionada ao seu- cada vez mais perigoso- *fracasso histórico* em cumprir suas *funções corretivas* vitais que são requisitadas pelo processo reprodutivo material antagonico. Como resultado, o agora *Estado em falência* (a dolorosa realidade de nosso tempo, a despeito de quantos trilhões endividados são despejados no buraco sem fundo do capital) pode apenas por em perigo o processo metabólico social geral, em vez de solucionar a crise (Mézaros, 2015, p. 94).

Mais ainda, a reprodução das relações sociais capitalistas não tem predileção a priori por qualquer modalidade estatal ou adjetivo acerca de sua lógica de funcionamento. O processo histórico mostra que não há nenhuma barreira a priori entre desenvolvimento de relações sociais capitalistas e formas abertamente ditatoriais.

### Referências bibliográficas

- ANDRADE, Gustavo Martins. *Privatização indireta das políticas de esporte no município do Rio de Janeiro: o caso do Movimento Cultural Social*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Política Social e Trabalho) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone de: *O ornotorinco de chuteiras: determinantes econômicos da política de esporte e lazer do Governo Lula e suas implicações sociais*. Tese (Doutorado em Política Social). Brasília: Universidade Nacional de Brasília, 2014.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Ofensiva ultraneoliberal no capitalismo em crise no Brasil e no mundo. *Revista Libertas*: Juiz de Fora: Vol 23. N. 1 pp. 10-23. 2023.
- FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha. *O (Não) Direito ao Esporte e a Mercantilização do Futebol: Copa para Quem?* Tese (Doutorado em Política Social). Brasília: Universidade Nacional de Brasília, 2014.
- FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. *KALLAIKIA – Revista de Estudos Galegos*, nº 2, 2017.
- GRANEMANN, Sara. O desmonte das políticas de seguridade social e os impactos sobre a classe trabalhadora: as estratégias e a resistência. *Serviço Social em Revista, [S. l.]*, v. 19, n. 1, p. 171–184, 2017.
- HARVEY, David. *A loucura da Razão Econômica: Marx e o capital no século XXI*. São Paulo: Boitempo: 2018.
- MELO, Marcelo Paula de. *Esporte e Dominação Burguesa no século XXI: a agenda dos Organismos Internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.
- MÉSZÁROS, Istvan. *A Montanha que devemos conquistar*. São Paulo: Boitempo: 2015.
- ONU-UNESCO. *Carta Internacional da Educação Física e do Esporte*. 2. Ed (1 ed 1978). 2015. Disponível em: <[http://www.unesco.org/new/pt/brasil/this-office/singleview/news/unesco\\_publishes\\_portuguese\\_version\\_of\\_the\\_new\\_international/](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/this-office/singleview/news/unesco_publishes_portuguese_version_of_the_new_international/)>. Acesso em: 02 fev. 2018.
- ONU. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 09/07/2020.
- ONU-UNESCO. *Declaração da V Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários Responsáveis pela Educação Física e o Esporte. (MINEPS V)*. Berlim, Alemanha; UNESCO, 2013.
- ONU-UNESCO. *Sexta Conferência Internacional De Ministros Y Altos Funcionarios Encargados De La Educación Física y El Deporte (MINEPS VI)*. Kazán (Federación de Rusia), 14 y 15 de julio de 2017, Informe final. Kazan, Rússia; UNESCO, 2017a. disponível em [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000259362\\_spa](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000259362_spa). Acesso em 05/05/2020.
- ONU-UNESCO. MINEPS VI. Ligações com os ODS. - Kazan 2017. Disponível em: <https://en.unesco.org/mineps6/sdgs>. Acesso em: 09/07/2020. Kazan, UNESCO. 2017b.

PENNA, Adriana Machado. *Esporte contemporâneo: um novo templo do capital monopolista*. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Política Social e Trabalho) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.